



Discursos e Sentidos produzidos pela matéria jornalística “Visão medieval de antropólogos deixa índios na penúria” publicada na revista Veja¹

Tatiane Karina Barbosa de QUEIROZ²
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS

RESUMO

Dados do IBGE mostram que Mato Grosso do Sul concentra a segunda maior população indígena do país. O estado também se destaca no cenário nacional por seu potencial econômico na agricultura e na pecuária. A convivência entre índios e produtores rurais, principalmente na região sul do estado e nas áreas de fronteira com o Paraguai, tem gerado conflitos motivados por “disputas pela terra”, cuja violência tem sido mostrada pela imprensa regional e nacional. Com base nos pressupostos teóricos da semiótica greimasiana, apresentamos, no presente artigo, uma análise da matéria jornalística publicada na 1ª edição de novembro de 2012 da revista semanal Veja. Recorremos aos conceitos pertencentes à sintaxe e à semântica do nível discursivo para analisar o texto, buscando-se identificar os discursos e efeitos de sentido produzidos por ele.

PALAVRAS-CHAVE: semiótica greimasiana; índios; discurso; imprensa; jornalismo.

INTRODUÇÃO

Os acontecimentos chegam até o público em geral (telespectadores, ouvintes, leitores e internautas) por meio da imprensa. Como destaca Márcia Benetti (2007) as notícias, que são publicadas nos veículos de comunicação existentes (TV, rádio, jornais impressos e jornais online) são um modo de conhecimento:

A Notícia é um dos eixos norteadores dos ‘consensos’ e parâmetros sociais de normalidade e anormalidade. Ao lidar essencialmente com o que é inesperado, incomum ou perigoso, o jornalismo acaba indicando o que seria socialmente desejável, normal ou adequado. De forma mais ampla, o jornalismo constrói sentidos sobre a realidade em um processo de contínua e mútua interferência. (BENETTI, 2007, p.108).

Partindo-se dessa premissa, pretendemos, no presente artigo, analisar os efeitos de sentido produzidos na matéria jornalística “Visão medieval de antropólogos deixa índios

¹ Trabalho apresentado no DT 8 – Estudos Interdisciplinares do XV Congresso de Ciências da Comunicação da Região Centro-Oeste, realizado de 30 de maio a 01 de junho de 2013.

² Jornalista e aluna do Mestrado em Estudos de Linguagens da UFMS, na linha de pesquisa de Linguística e Semiótica - Produção de sentido no texto/discurso. E-mail: jornalistatatienequeiroz@hotmail.com



na penúria”, publicada na 1ª edição de novembro da revista *Veja*, uma das revistas semanais de maior tiragem do Brasil.

Para a análise do texto, vamos recorrer à teoria desenvolvida pelo lituano Algirdas Julien Greimas; conhecida também como semiótica greimasiana, em homenagem ao estudioso; ou ainda como semiótica francesa.

1. Considerações sobre a população indígena em Mato Grosso do Sul e sobre as “disputas pela terra”

Dados do último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que Mato Grosso do Sul abriga a segunda maior população de índios do país, com 73.295 habitantes. De acordo com o último levantamento geográfico realizado pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), os índios estão organizados em 74 aldeias e 11 acampamentos, sendo que 66,5% deles pertencem às etnias Guarani e Kaiowá e estão concentrados nas regiões do estado denominadas como Grande Dourados, Cone sul e Sul fronteira.

Também nessas regiões, estão concentradas grandes propriedades rurais que movimentam a principal atividade econômica do estado: o agronegócio. Relatórios divulgados mensalmente pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) apontam que a produção de soja, milho e a pecuária são responsáveis pela maior parte do Produto Interno Bruto (PIB) gerado por Mato Grosso do Sul.

Essa situação de convivência entre produtores rurais e indígenas tem gerado, ao longo dos anos, conflitos motivados por “disputas pela terra”. Estudos apontam que os problemas que envolvem as questões fundiárias do estado têm raízes históricas.

O processo de ocupação de territórios tradicionalmente indígenas por não indígenas iniciou-se na década de 1890, com a instalação da Cia Matte Laranjeiras³ no território ocupado pelos índios das etnias Guarani e Kaiowá. Mais tarde, na década de 1950, com a implantação das fazendas de gado, iniciou-se um desmatamento sistemático na região. A atividade econômica provocou a dispersão de dezenas de aldeias indígenas (BRAND, 1997).

De um lado, produtores rurais defendem que suas propriedades foram adquiridas dentro dos preceitos de legalidade; de outro, índios afirmam que foram expulsos de suas terras tradicionais, e defendem a retomada de territórios.

³ Atuou na exploração de erva-mate no sul de Mato Grosso do Sul, na época, ainda Mato Grosso. A empresa utilizou a mão-de-obra de índios da região e também de paraguaios para iniciar o ciclo de produção da erva-mate no estado.



Os conflitos motivados por essa “disputa” têm sido noticiados, há anos, pela imprensa regional, nacional e, até mesmo, internacional.

Um dos casos de grande repercussão na mídia foi o assassinato do cacique Marcos Verón, em 2003, que ocorreu durante um ataque ao acampamento indígena em que ele morava, na cidade de Juti. Na madrugada do dia 13 de janeiro, o cacique foi agredido com socos, pontapés e coronhadas e morreu em decorrência de traumatismo craniano, aos 73 anos (MORONI, 2011).

Mais recentemente, em 2011, notícias do ataque ao acampamento indígena *Guaiviry*, localizado entre os municípios de Amambai e Aral Moreira, permearam os jornais de diversos estados. O ataque, que ocorreu no dia 18 de novembro, resultou na morte do cacique Nísio Gomes, de 55 anos. O caso também repercutiu na mídia internacional; no mesmo dia do ataque, o portal de notícias do *The New York Times* editou uma nota sobre o assunto com o título “*Brazil: Chief Killed in Land Dispute*”⁴.

Em 2012, um grupo de índios das etnias Guarani e Kaiowá, pertencente à comunidade *Pyelito Kue* divulgou uma carta com o anúncio de “morte coletiva”, após uma decisão da Justiça Federal que determinou a saída deles da fazenda Cambará, na cidade de Iguatemi. O documento escrito pelos índios foi publicado no site do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)⁵ no dia 17 de outubro. Rapidamente o caso ganhou as manchetes dos principais jornais de Mato Grosso do Sul e do país.

Diante do anúncio dos índios, o Ministério Público Federal e a procuradoria-geral da Fundação Nacional do Índio (Funai)⁶ contestaram a sentença da Justiça Federal. Dias depois, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região derrubou a decisão e manteve o grupo de índios na fazenda.

Notadamente, o anúncio de “morte coletiva” feito pelo grupo de índios gerou novas pautas que abasteceram a imprensa durante semanas. O caso trouxe, novamente, à tona a discussão sobre a questão fundiária e a situação de miséria em que vivem milhares de famílias indígenas no estado.

A Veja, uma das revistas semanais de maior tiragem do país, não deixou de noticiar o caso e publicou, na primeira edição do mês de novembro, a matéria intitulada “Visão medieval de antropólogos deixa índios na penúria”. O texto gerou uma enorme

⁴ Pode ser acessada pelo endereço: http://www.nytimes.com/2011/11/19/world/americas/brazil-chief-nisio-gomes-killed-in-land-dispute.html?_r=0

⁵ Órgão vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que atua junto aos povos indígenas.

⁶ Órgão governamental de esfera federal encarregado de gerenciar questões indígenas de diversas ordens.



polêmica. Órgãos ligados a defesa dos direitos dos índios publicaram cartas de repúdio contra a revista e pediram direito de resposta.

2. Semiótica e o percurso gerativo de sentido

Existem algumas teorias semióticas como a norte-americana, desenvolvida por Charles Sanders Peirce, ou a russa, desenvolvida a partir de um grupo de pesquisadores que ficou conhecido como a Escola de Tártu-Moscou. A escolha pela teoria semiótica francesa, desenvolvida pelo lituano Algirdas Julien Greimas, se deu pelo caráter que ela assume de teoria do texto.

A semiótica procura descrever e explicar o que o texto diz e o como ele faz para dizer o que diz. Barros (2000) destaca que o texto é definido por duas características que se complementam:

(...) o texto só existe quando concebido na dualidade que o define – objeto de significação e objeto de comunicação – e, dessa forma, o estudo do texto com vistas à construção de seu ou de seus sentidos, só pode ser entrevisto como o exame dos mecanismos internos quanto dos fatores contextuais ou sócio-históricos de fabricação do sentido (BARROS, 2000, p.7-8).

Para a semiótica, um texto possui diversas camadas por isso os seus sentidos podem ser construídos sob a forma de um “percurso gerativo” que se estrutura do mais simples e abstrato, ao mais complexo e concreto. Batistote (2012) destaca que essa teoria apresenta modelos para a análise da significação que vão além da palavra, além da frase, e atuam na dimensão do discurso.

Seu procedimento clássico propõe articular a apreensão do sentido segundo um percurso estratificado em camadas relativamente homogêneas, indo das formas concretas e particulares, manifestadas na superfície do texto, às formas mais abstratas e gerais subjacentes, dispostas em múltiplos níveis de profundidade. Ela mostra, assim, como os percursos de significação se organizam e se combinam, em razão de regras sintáticas e semânticas que fundamentam, em segredo, a sua coerência (BATISTOTE, 2012, p.38).

A primeira etapa do percurso gerativo de sentido é denominada como nível fundamental, a segunda como nível narrativo e a terceira, nível discursivo. Cada um desses níveis tem uma sintaxe e uma semântica próprias. A seguir, apresentamos um breve conceito sobre cada um dos níveis.



O nível fundamental é considerado o mais simples e abstrato e nele a significação surge como uma oposição de termos que possuem traços comuns, mas que mantêm uma relação de negação, de contradição.

Já o segundo nível, o narrativo, organiza as significações em relação ao “poder fazer” e ao “poder transformar” do sujeito. Segundo Barros (2000, p.17), as estruturas narrativas “simulam, por conseguinte, tanto a história do homem em busca de valores ou à procura de sentido, quanto a dos contratos e dos conflitos que marcam os relacionamentos humanos”.

Portanto, é nesse nível que se dá a relação entre os homens e a relação entre o homem e as coisas. Batistote destaca que, para isso, as narrativas se organizam em enunciados, programas e percursos:

A narrativa se organiza em enunciados (de estado ou de fazer), programas (de doação de competência semântica ou modal, de performance, de interpretação ou retribuição), percursos (do destinador-manipulador, do sujeito e do destinador-julgador), para formar o esquema narrativo, que é uma organização lógica de percursos narrativos (BATISTOTE, 2012, p.41).

A última etapa do percurso gerativo de sentido, o nível discursivo, é, segundo Barros (2000, p. 53), “o mais próximo da manifestação textual” e as estruturas discursivas são “mais específicas, mas também mais complexas e enriquecidas que as estruturas narrativas e as fundamentais”.

Fiorin (2011, p.55) destaca que, nesse nível, os esquemas narrativos são assumidos pelo sujeito da enunciação. “A enunciação é o ato de produção do discurso, é uma instância pressuposta pelo enunciado (produto da enunciação). Ao realizar-se ela deixa marcas no discurso que constrói”.

Em uma breve conceituação, pode-se dizer que a sintaxe discursiva explica as relações entre o sujeito da enunciação e o enunciado, e revela os mecanismos de manipulação e persuasão utilizados pelo enunciador para produzir efeitos de sentido e, assim, convencer o enunciatário.

Já na semântica discursiva, o sujeito da enunciação dissemina os efeitos de sentido por meio de percursos temáticos e figurativos.

É importante destacar que os níveis do percurso gerativo de sentido podem ser estudados e aplicados separadamente. Com base nos pressupostos teóricos citados,



pretende-se recorrer apenas aos conceitos pertencentes à sintaxe e à semântica do último nível do percurso gerativo de sentido, o discursivo, para a análise da matéria jornalística que será apresentada no presente artigo.

3. Análise: discursos e sentidos na matéria jornalística publicada na revista *Veja*

Antes da análise proposta pelo presente artigo, apresentamos a matéria jornalística publicada na 1ª edição de novembro de 2012 da revista *Veja*⁷:

Mato Grosso do Sul

Visão medieval de antropólogos deixa índios na penúria

Na crise dos guaranis-caiovas estão envolvidos interesses da Funai, de antropólogos e de ONGs. Ninguém se preocupa com os próprios índios

Leonardo Coutinho

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo, tomou uma decisão para abrandar um movimento sem precedentes de homens brancos em nome de um grupo indígena brasileiro. Acatando um pedido da Advocacia-Geral da União, o TRF determinou que os índios guaranis-caiovas podem continuar ocupando as terras da Fazenda Cambará, no município de Iguatemi, em Mato Grosso do Sul. Em uma carta divulgada na internet no dia 10 do mês passado, membros do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) condenaram a ordem de despejo dada pela Justiça Federal de Naviraí, em Mato Grosso do Sul, comparando-a a uma “morte coletiva”. Logo se espalhou pelas redes sociais a versão de que os índios iriam cometer um ritualístico suicídio coletivo. Das redes, a solidariedade ganhou as ruas de diversas cidades, onde muitas brasileiras não perderam a chance de protestar de peito aberto diante das câmeras.

O governo agiu rápido, pediu a suspensão da ordem de despejo e exigiu que a Fundação Nacional do Índio (Funai) conclua em um mês o laudo antropológico que serviria como o primeiro passo para a demarcação oficial da terra reclamada pelo Cimi em nome dos índios.

Com o episódio, o Cimi conseguiu mais uma vez aproveitar a ignorância das pessoas das grandes cidades sobre a realidade em Mato Grosso do Sul e, principalmente, sobre quais são as reais necessidades dos índios. As terras indígenas já ocupam 13,2% da área total do país. Salvo raras exceções, a demarcação de reservas não melhorou em nada a vida dos índios. Em alguns casos, o resultado foi até pior. A 148 quilômetros da Fazenda Cambará, no município de Coronel Sapucaia, há uma reserva onde os caiovas dispõem de confortos como escolas e postos de saúde, mas não têm emprego, futuro nem esperança. Ficam entregues à dependência total da Funai e do Cimi, sem a menor chance

⁷ Pode ser acessada pelo endereço <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/titulo-falso-a-ilusao-de-um-paraiso>



de sobrepujar sua trágica situação de silvícolas em um mundo tecnológico e industrial. São comuns ali casos de depressão, uso de crack e abuso de álcool. A reserva Boqueirão, próxima a Dourados, abriga caiovás submetidos ao mesmo estado desesperador. Levantamento feito por agentes de saúde locais revelou que 70% das famílias indígenas têm um ou mais membros viciados em crack. “Infelizmente, a vida dos 170 caiovás acampados na fazenda em Iguatemi não melhorará com um simples decreto de demarcação”, diz o antropólogo Edward Luz.

Os caiovás formam o segundo grupo indígena mais populoso do Brasil, atrás apenas dos ticunas, do Amazonas. Segundo o IBGE, há 43.400 membros dessa etnia no país. Outros 41 000 residem no Paraguai. Eles transitam livremente entre os dois países, como parte de sua tradição nômade. Os antropólogos os convenceram de que o nascimento ou o sepultamento de um de seus membros em um pedaço de terra que ocupem enquanto vagam pelo Brasil é o suficiente para considerarem toda a área de sua propriedade. Com base nessa visão absurda, todo o sul de Mato Grosso do Sul teria de ser declarado área indígena - e o resto do Brasil que reze para que os antropólogos não tenham planos de levar os caiovás para outros estados, pois em pouco tempo todo o território brasileiro poderia ser reclamado pelos tutores dos índios.

Em sua percepção medieval do mundo, os religiosos do Cimi alimentam a cabeça dos índios da região com a ideia de que o objetivo deles é unir-se contra os brancos em uma grande “nação guarani”. Ocorre que o território dessa “nação” coincide com a zona mais produtiva do agronegócio em Mato Grosso do Sul. O Cimi e algumas ONGs orientam os índios a invadir propriedades. A Funai também apoia o expansionismo selvagem. Os 170 caiovás acampados na Fazenda Cambará moravam em uma reserva situada do outro lado da margem do Rio Hovy. Em novembro do ano passado, membros dos clãs Pyelito Kue e Mbarakay foram levados pelos religiosos e antropólogos a cruzar o rio e se estabelecer em uma área de 2 hectares. O secretário nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, Paulo Maldos, visitou os caiovás em Iguatemi um dia antes e deu-lhes a garantia de que o governo federal zelaria pelos seus direitos. Ex-marido da presidente da Funai, Marta Azevedo, Maldos é um conhecido oportunista que não perde a chance de usar a desgraça alheia em favor de suas convicções políticas. “Além de terra, queremos ter condições de plantar e trabalhar, mas isso nem a Funai nem ninguém faz por nós”, diz o cacique caiová Renato de Souza, da aldeia Jaguapiru, em Dourados. Enquanto os índios tiverem a vida manipulada pelos medievalistas do Cimi, pelos ideólogos da Funai e pelas ONGs, seu destino será de sofrimento e penúria. (VEJA, 1ª edição, novembro de 2012).

Como já foi citado, para a análise recorreremos aos conceitos pertencentes à sintaxe e à semântica do nível discursivo. Barros (2000, p. 54) destaca que “é nas estruturas discursivas que a enunciação mais se revela e onde mais facilmente se apreendem os valores sobre os quais ou para os quais o texto foi construído”.



Cabe à sintaxe discursiva explicar as relações estabelecidas pelo texto entre enunciador (narrador) e enunciatário (leitor) e revelar os mecanismos persuasivos utilizados.

O texto intitulado “Visão medieval de antropólogos deixa índios na penúria” foi publicado em uma revista de grande circulação no país. Os textos podem expor contratos de mentira ou de verdade entre narrador e leitor. No entanto, o texto da revista Veja, por se tratar de uma notícia, estabelece contratos de “verdade”, de “veridicção”, entre o enunciador e o enunciatário. Barros esclarece que:

O discurso constrói a sua verdade. Em outras palavras, o enunciador não produz discursos verdadeiros ou falsos, mas fabrica discursos que criam efeitos de verdade ou de falsidade, que parecem verdadeiros ou falsos e como tais são interpretados (BARROS, 2000, p.64)

Após identificar o tipo de contrato que se estabelece entre enunciador e enunciatário, é necessário verificar os mecanismos utilizados pelo narrador para persuadir o leitor e também os procedimentos utilizados por esse leitor para interpretar o discurso.

Enunciador e enunciatário são desdobramentos do sujeito da enunciação que cumprem os papéis de destinador e de destinatário do discurso. O enunciador define-se como o destinador-manipulador responsável pelos valores do discurso e capaz de levar o enunciatário a crer e a fazer. A manipulação do enunciador exerce-se como um fazer persuasivo, enquanto ao enunciatário cabe o fazer persuasivo e a ação subsequente. Tanto a persuasão do enunciador quanto a interpretação do enunciatário se realizam pelo discurso (BARROS, 2000, p.62)

O uso dos pressupostos e dos subentendidos é procedimento muito utilizada pelo enunciador para persuadir e aprisionar o enunciatário num dado universo de valores. Nota-se que, na matéria da Veja, ao dizer que “o TRF tomou uma decisão para abrandar um movimento sem precentes de homens brancos em nome de um grupo indígena brasileiro”, o enuciador deixa pressuposto que o Tribunal agiu, não pelo próprio senso de justiça, mas sim para acalmar, para amenizar a situação de tensão gerada pela divulgação da carta. Ao mesmo tempo, o narrador deixa subentendido que os protestos e movimentos em prol dos indígenas são feitos por homens brancos que manipulam os indígenas e não por eles mesmos.



Em outro momento do texto, o enunciador afirma que “o Cimi conseguiu mais uma vez aproveitar a ignorância das pessoas das grandes cidades sobre a realidade em Mato Grosso do Sul e, principalmente, sobre quais são as reais necessidades dos índios”. No trecho, fica pressuposto que o órgão citado, em outros momentos da história, em outros acontecimentos, já conseguiu persuadir a sociedade em prol das causas indígenas. Fica também subentendido que a população, principalmente a das capitais e grandes cidades, são “ignorantes” porque não conhecem a realidade e as reais necessidades dos indígenas e por isso caem facilmente na conversa de especialistas e organizações.

Nota-se ainda que o texto foi produzido, quase que em sua totalidade, em terceira pessoa, ou seja, no tempo do “então” e no espaço do “lá”. Esse mecanismo, denominado pela semiótica como desembreagem enunciativa, cria um efeito de distanciamento e tem por finalidade convencer o enunciatário de que o discurso é “imparcial”.

Em dois momentos do texto, o narrador se utiliza da delegação interna de voz para produzir um efeito de “verdade”. No primeiro caso, o enunciador dá voz a um antropólogo, ou seja, coloca o discurso “na boca” de um especialista. O trecho “Infelizmente, a vida dos 170 caiovás acampados na fazenda em Iguatemi não melhorará com um simples decreto de demarcação”, que aparece no texto entre aspas, indica ao enunciatário que o enunciador repetiu, reproduziu as palavras ditas pelo entrevistado exatamente como elas foram ditas.

Já no segundo caso, a voz é concedida a um cacique da aldeia Jaguapiru: “Além da terra, queremos ter condições de planta e trabalhar, mas isso nem a Funai nem ninguém faz por nós”. Seria prudente que o enunciatário se perguntasse se o cacique proferiu as palavras exatamente como elas foram colocadas ou exatamente no contexto em que elas foram utilizadas. No entanto, o enunciador não leva o enunciatário a fazer esses questionamentos. Ao colocar o discurso na boca de um índio, ou seja, de alguém que está, teoricamente, inserido na situação relatada pelo texto, o enunciador cria um efeito de “realidade”.

Outro recurso utilizado para persuadir o leitor é a ancoragem. Para Barros (2000, p. 60), a ancoragem “trata-se de atar o discurso a pessoas, espaços e datas que o receptor reconhece como reais ou existentes”. A ancoragem pode ser actancial, espacial ou temporal. Esse mecanismo produz efeitos de “realidade” e de “referencial”.

O enunciador se utiliza desse recurso durante todo o texto. As ancoragens actanciais são concretizadas nos momentos em que o narrador apresenta os atores da enunciação ao leitor: “Tribunal Regional Federal da 3ª Região”, “homens brancos”, “grupo indígena



brasileiro”, “Advocacia-Geral da União”, “índios guaranis-caiovas”, “membros do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)”, “brasileiras”, “Fundação Nacional do Índio (Funai)”, “IBGE”, “os antropólogos”, “religiosos”, “secretário nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República Paulo Maldos”, “presidente da Funai, Marta Azevedo”, entre outros. No texto, todos esses atores realizam ações descritas pelo enunciador. Tanto os órgãos citados, quanto as pessoas e grupos, fazem parte do mundo real e por isso o leitor os reconhece como atores reais, agindo em uma situação real.

Ainda para persuadir o receptor, o narrador contextualiza a história fazendo ancoragens espaciais e temporais. Como exemplos de ancoragens espaciais podemos citar os trechos: “em São Paulo”, “Fazenda Cambará, no município de Iguatemi, em Mato Grosso do Sul”, “a 148 quilômetros da Fazenda Cambará, no município de Coronel Sapucaia”, “Brasil”, “Paraguai”, “reserva Boqueirão, próxima a Dourados”, “todo o território brasileiro” e “do outro lado da margem do Rio Hovy”. Ao caracterizar os espaços em que se passa a história, dar detalhes que não contribuem com a narrativa, como a quilometragem entre as cidades, citar cidades e países, o enunciador consegue situar o leitor em um determinado espaço e, assim, cria efeitos de referente. Dessa forma, mesmo nunca tendo visitado os locais citados na história, o enunciatário tem a “impressão”, a “ilusão”, de conhecer o lugar.

Já as ancoragens temporais que aparecem no texto como marcas de datas como: “no dia 10 do mês passado” ou “exigiu que a Fundação Nacional do Índio (Funai) conclua em um mês”, situam o leitor em relação ao tempo em que se passa a história e produzem efeito de realidade.

Já na semântica discursiva, as mudanças de estado são concretizadas e os valores presentes na narrativa são organizados em percursos temáticos e revestidos por percursos gerativos. Fiorin conceitua os dois elementos e aponta que, na análise do texto, eles são complementares:

A figura é o termo que remete a algo do mundo natural: árvore, vagalume, sol, correr, brincar, vermelho, quente e etc. Assim, a figura é todo conteúdo de qualquer língua natural ou de qualquer sistema de representação que tem um correspondente perceptível no mundo natural. (...) Tema é um investimento semântico, de natureza puramente conceptual, que não remete ao mundo natural. Temas são categorias que organizam, categorizam, ordenam os elementos do mundo natural: elegância, vergonha, raciocinar, calculista, orgulhoso, etc (FIORIN, 2005, p.91).



Para analisar, de forma superficial, os percursos temáticos e figurativos da matéria publicada na Veja, vamos apresentar o quadro abaixo:

TEMAS	FIGURAS
Dois lados opostos	Homens brancos, índios guarani
Desespero e violência	Morte coletiva, ritualístico suicídio coletivo
Busca de territórios	Terras indígenas, demarcações
Marginalidade	Depressão, uso de crack, abuso de álcool
Guerra	Unir-se contra os brancos em uma grande “nação guarani”
Miséria e pobreza	Sufrimento e penúria

De forma resumida, podemos destacar que, no texto, algumas figuras remetem a temas de grande impacto social e cultural do mundo real. Quando o enunciador utiliza as figuras “homens brancos” e “índios guarani”, depreende o tema de que existe, ideologicamente, dois lados opostos, o nosso, de homens brancos, e o deles, de índios. Já os temas “desespero” e “violência” são revestidos no discurso pelas figuras “morte coletiva” e “ritualístico suicídio coletivo”; e o tema “marginalidade” é recoberto pelas figuras “depressão”, “uso de crack” e “abuso de álcool”.

O trecho “unir-se contra os brancos em uma grande nação guarani”, pode depreender no discurso o tema “guerra”.

4. Considerações Finais

O presente artigo mostra que os níveis do percurso gerativo de sentido podem ser estudados separadamente e que a aplicação dos pressupostos teóricos de apenas um dos níveis, no caso, o discursivo, se mostra eficiente para a análise e para a identificação de sentidos e de discursos produzidos por um texto jornalístico. O estudo mostra ainda que é possível apontar os mecanismos utilizados pelo enunciador para persuadir o enunciatário e para produzir sentidos de verdade e de realidade.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo, SP: Ática, 2000.
- BATISTOTE, Maria Luceli Faria. *Semiótica francesa: busca de sentido em narrativas míticas*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012.



BENETTI, Márcia. *Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos*. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 107-122.

BRAND, A. J. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da Palavra*, tese de doutorado, História da PUC/RS, 1997.

BRASIL, Ministério da Saúde. *Relatório Anual de Gestão 2010*. Secretaria Especial de Saúde Indígena, Mato Grosso do Sul, 2010.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de Análise do Discurso*. São Paulo, SP: Contexto, 2005.

MORONI, J. *Caso Verón e Caso Passo Piraju: analogias quanto à cobertura midiática e suas implicações no Tribunal do Júri*. Campo Grande, MS: UCDB, 2011.